

TRANSFORMANDO VIDAS COM A
NOSSA ENERGIA

Informações Contábeis
Intermediárias

31 de março de 2026

CEMIG
Distribuição S.A.

SUMÁRIO

DESEMPENHO ECONÔMICO	3
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. RESULTADO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	20
3.1. Informação por segmento.....	20
3.2. Receita Operacional Líquida.....	20
3.3. Custos e despesas	22
3.4. Resultado Financeiro	24
3.5. Remuneração do acionista.....	25
4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	26
5.1. Ativos financeiro relacionados à infraestrutura.....	26
5.2. Ativos e passivos setoriais - Conta de Compensação de Variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros.....	26
6. ATIVOS DE CONTRATO	28
7. INTANGÍVEL.....	28
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33
10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	33
11. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	34
12. DEBÊNTURES	35
13. ARRENDAMENTOS.....	38
14. FORNECEDORES	39
15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	39
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	40
17. PROVISÕES	45
18. TRIBUTOS E ENCARGOS.....	47
18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social	47
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	48
20. EVENTOS SUBSEQUENTES	49
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA.....	53
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	54

DESEMPENHO ECONÔMICO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)
 (As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

Resultado do exercício

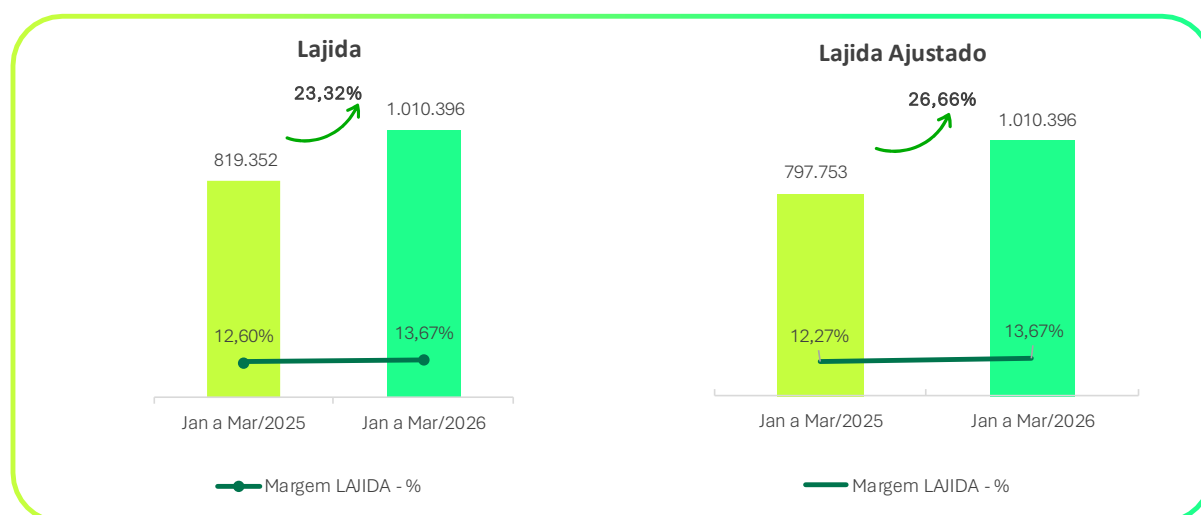
A Companhia teve um lucro líquido de **R\$397.653** no primeiro trimestre de 2026, em comparação a **R\$311.158** no mesmo período em 2025, representando um aumento de **27,80%**.

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

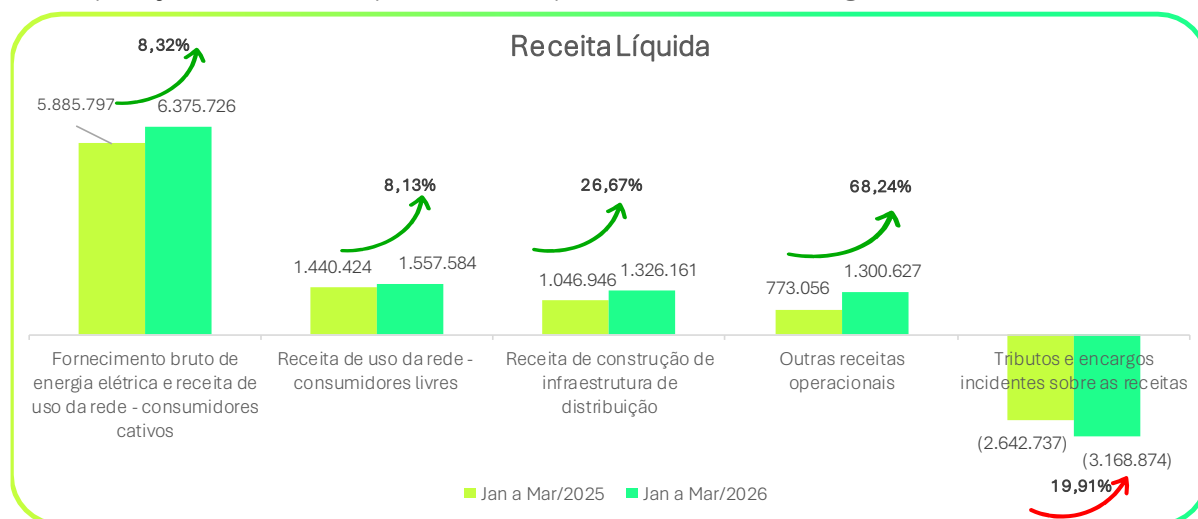
Lajida - R\$ mil	Nota	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Var %
Lucro líquido do período		397.653	311.158	27,80
Despesa com imposto de renda e contribuição social	18.1b	54.435	58.607	(7,12)
Resultado financeiro líquido	3.4	283.611	202.096	-
Amortização	3.3c	274.697	247.491	10,99
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)		1.010.396	819.352	23,32
Remensuração do passivo de pós-emprego	15	-	(21.599)	-
= Lajida ajustado (2)		1.010.396	797.753	26,66

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa



Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:



Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de **R\$6.375.726** no primeiro trimestre de 2026, em comparação a **R\$5.885.797** no mesmo período de 2025, representando um **aumento de 8,32%**.

Composição do fornecimento por classe de consumo	Jan a Mar/2026			Jan a Mar/2025			Variações (%)	
	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$
Residencial	4.127.482	3.810.862	923,29	3.837.945	3.422.560	891,77	7,54	11,35
Industrial	208.344	180.915	868,35	272.778	227.853	835,31	(23,62)	(20,60)
Comércio, serviços e outros	1.521.550	1.322.234	869,00	1.567.978	1.283.159	818,35	(2,96)	3,05
Rural	665.553	520.124	781,49	679.983	504.657	742,16	(2,12)	3,06
Poder público	246.981	230.805	934,51	258.475	226.713	877,12	(4,45)	1,80
Iluminação pública	233.039	142.727	612,46	233.904	128.335	548,67	(0,37)	11,21
Serviço público	159.178	122.887	772,01	195.708	150.285	767,90	(18,67)	(18,23)
Subtotal	7.162.127	6.330.554	883,89	7.046.771	5.943.562	843,44	1,64	6,51
Consumo próprio	7.862	-	-	7.925	-	-	(0,79)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	9.244,00	-	-	210	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	35.928	-	-	(57.975)	-	-	-
Total	7.169.989	6.375.726		7.054.696	5.885.797		1,63	8,32

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

(3) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD

A energia faturada aos clientes cativos, no período de janeiro a março de 2026, **aumentou 1,63%** em relação ao mesmo período de 2025. Esse resultado é a composição de um aumento no consumo do mercado cativo e uma redução no uso da rede pelos clientes livres. Os principais fatores que compõem essa variação são:

- **Aumento de 7,54%** no consumo Residencial, classe mais representativa em volume de fornecimento de clientes cativos, no primeiro trimestre de 2026, frente ao primeiro trimestre de 2025, relacionado ao aumento no número de consumidores e

um mercado de trabalho combinando taxas de desemprego em patamar historicamente baixos e aumentos dos rendimentos reais e redução de -1,3% no consumo médio mensal por consumidor (passou de 138,1 kWh/mês no 1º trimestre de 2025 para 136,4 kWh/mês no 1º trimestre de 2026);

- **Redução** da classe Industrial devido à migração de dois grandes consumidores para a Rede Básica e migração nas demais classes para modalidade de consumo livre;

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2026, essa receita correspondeu ao montante de **R\$1.557.584**, comparada a **R\$1.440.424** no mesmo período em 2025, representando um **aumento de 8,13%**.

	MWh (1)		Var %
	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	
Industrial	5.158.566	5.441.849	-5,21%
Comercial	759.990	708.414	7,28%
Rural	37.848	30.786	22,94%
Serviço Público	237.922	183.274	29,82%
Poder Público	18.995	12.140	56,47%
Concessionárias	71.147	71.871	-1,01%
Total de energia transportada	6.284.468	6.448.334	-2,54%

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários.

No primeiro trimestre de 2026 foi reconhecida uma receita no montante de **R\$369.581**, em comparação a **R\$126.322** no mesmo período de 2025. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia de curto prazo e energia adquirida em leilão em ambiente regulado, além do aumento dos custos com CDE. O aumento nos custos não gerenciáveis gera um aumento na receita de CVA para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº5.2.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de **R\$1.326.161** no período de janeiro a março de 2026, comparadas a **R\$1.046.946** no mesmo período de 2025, um **crescimento de 26,67%**. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de

Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição, e conseqüentemente elevou as receitas de construção em relação ao período passado.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de **R\$3.168.874** no primeiro trimestre de 2026 em comparação a **R\$2.642.737** no mesmo período de 2025, representando um **aumento de 19,91%**. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas

Os custos e despesas foram de **R\$6.681.716** no primeiro trimestre de 2026, comparados a **R\$5.931.625** no primeiro trimestre de 2025.

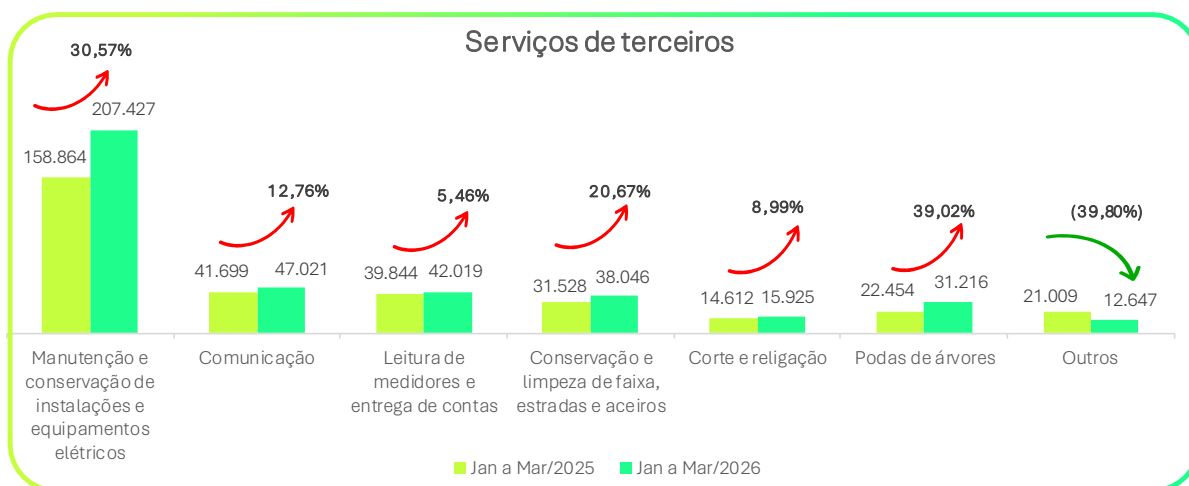
As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 3.3.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do primeiro trimestre de 2026 foi uma despesa no montante de **R\$28.897**, em comparação a uma despesa de **R\$65.266** no mesmo período de 2025. Essa variação decorre, principalmente, do encerramento do passivo pós emprego do plano de saúde e odontológico devido ao acordo realizado entre a Companhia e as entidades sindicais, em contrapartida ao pagamento de dívida indenizatória.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de **R\$511.353** no primeiro trimestre de 2026, comparada ao montante **de R\$433.418** no mesmo período de 2025, representando um **aumento de 17,71%**.



Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- **Aumento na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos**, diretamente relacionado ao maior volume de intervenções realizadas no período, com foco na elevação da eficiência operacional, na confiabilidade dos ativos e na continuidade da prestação dos serviços, contribuindo para a geração de receita.

O primeiro trimestre de 2026 foi marcado por um período chuvoso significativamente mais intenso em relação ao mesmo período de 2025, o que elevou a demanda por manutenções corretivas e preventivas, refletindo em maiores custos operacionais. Adicionalmente, a celebração de novos contratos de mão de obra terceirizada resultou no aumento do valor da Unidade de Serviço (US), impactando o resultado financeiro do período.

- **Aumento na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros e com podas de árvores** atrelados a uma maior execução desses serviços a fim de evitar e diminuir a duração da interrupção de energia, quando incorrida.

O aumento das despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, bem como com podas de árvores, decorre principalmente da intensificação desses serviços no primeiro trimestre de 2026, período marcado por um regime pluviométrico significativamente mais severo em comparação a 2025. As chuvas mais intensas elevaram tanto a necessidade quanto a complexidade das podas, impactando diretamente os custos operacionais.

Adicionalmente, houve a adequação do quantitativo de equipes contratadas para a execução dos serviços de poda e limpeza de faixa, resultando em um número maior de equipes em operação em relação a 2025, de forma a atender ao aumento da demanda e garantir maior confiabilidade do sistema elétrico.

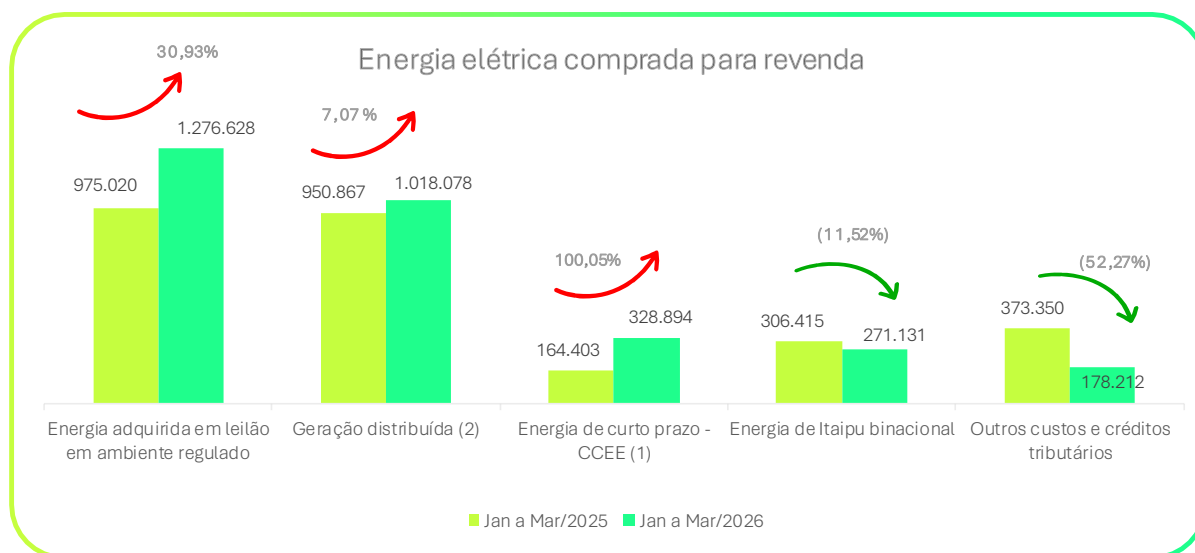
Sempre que possível, ocorreu o adiantamento das podas e abertura de faixas originalmente programadas para os meses subsequentes, como medida preventiva para reduzir riscos e minimizar a duração de eventuais interrupções no fornecimento

de energia (FEC). Por fim, a contratação de novos serviços de mão de obra terceirizada acarretou aumento no valor da Unidade de Serviço (US), contribuindo para a elevação do impacto financeiro observado no período.

- **Aumento na despesa com corte e religação** decorrente principalmente do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de **R\$3.072.943** no primeiro trimestre de 2026, comparado a **R\$2.770.055** no mesmo período de 2025, representando um **aumento de 10,93%**.



Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- **Aumento nos custos com energia de curto prazo** da Cemig D. Essa variação foi causada, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$160,10/MWh em 2025 para R\$310,54/MWh em 2026, representando um crescimento de 94%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico desfavorável, onera os custos de curto prazo da companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.
- **Aumento no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado**, reflexo, essencialmente, dos reajustes contratuais anuais atrelados ao IPCA e da entrada de novos contratos;
- **Aumento no custo com geração distribuída** decorrente do aumento do número de instalações geradoras (389.222 no primeiro trimestre de 2026, comparada a 318.427

no mesmo período de 2025) e do aumento na quantidade de energia injetada (2.200 GWh no exercício de 2026, comparado a 1.923 GWh no exercício anterior);

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 3.2a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram **R\$872.414** no primeiro trimestre de 2026, comparado a **R\$837.788** no mesmo período em 2025, representando um **aumento de 4,13%**.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela contratação dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), no exercício de 2026, reflexo de aumento de carga da Cemig D. Além disso, houve aumento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no reajuste tarifário anual, homologado em maio de 2025.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 5.2.

Provisões

As provisões representaram uma constituição de **R\$151.354** no primeiro trimestre de 2026, em comparação a uma constituição de **R\$162.514** no primeiro trimestre de 2025, sendo essa variação atrelada, em especial **R\$ 80.512** de constituição das Perdas de créditos esperadas no 1º Trimestre de 2026, em comparação a **R\$50.251** no primeiro trimestre de 2025.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2026 foi uma despesa financeira de **R\$283.611**, comparada a uma despesa financeira de **R\$202.096** no mesmo período de 2025. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- **Aumento** com a despesa de encargos de debêntures, sendo **R\$345.974** no primeiro trimestre de 2026, comparada a **R\$202.290** no mesmo período de 2025. Essa variação decorre, principalmente, da contratação da 12ª, 13ª e 14ª emissão de

debêntures, que elevou o montante de dívida da Companhia e, por consequência, a despesa de variação monetária.

- **Aumento na receita financeira** relativa à variação monetária de CVA e outros componentes financeiros que foi de **R\$45.490** no primeiro trimestre de 2026, em comparação a uma receita financeira de **R\$17.773** no mesmo período de 2025. Essa variação decorre, basicamente, do maior montante, relativo aos itens que são atualizados financeiramente, homologado no reajuste tarifário de 2025, comparado ao valor desses itens no reajuste tarifário de 2024.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 3.4 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2026, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$54.436** em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de **R\$452.087**. No primeiro trimestre de 2025, a Companhia apurou uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$58.607** em relação ao lucro antes dos impostos de **R\$369.765**.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 20.2c destas demonstrações financeiras.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Receita líquida	3.2	7.391.224	6.503.486
Custos			
Custo com energia elétrica	3.3a	(3.945.357)	(3.607.843)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	3.3b	(1.326.161)	(1.046.946)
Custos de operação	3.3c	(1.031.777)	(930.315)
		(6.303.295)	(5.585.104)
		(6.303.295)	(5.585.104)
Lucro bruto		1.087.929	918.382
Despesas	3.3c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(82.512)	(50.251)
Despesas gerais e administrativas		(130.391)	(144.821)
Outras despesas, líquidas		(165.518)	(151.449)
Outras receitas		26.191	-
		(352.230)	(346.521)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		735.699	571.861
Receitas financeiras	3.4	212.630	166.155
Despesas financeiras	3.4	(496.241)	(368.251)
		(283.611)	(202.096)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		452.088	369.765
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.1c	(34.217)	(56.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1b	(20.218)	(2.303)
		(54.435)	(58.607)
Lucro líquido do período		397.653	311.158
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	3.5b	0,17	0,13

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025
 (Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Lucro líquido do período	397.653	311.158
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 15)	-	42.419
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 20.2b)	-	(14.422)
	-	27.997
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	397.653	339.155

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		397.653	311.158
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	15	28.897	65.266
Amortização	7 e 13a	274.697	247.491
Perdas de créditos esperadas	3.3c	82.512	57.779
Provisões	3.3c	68.842	104.735
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores	21	-	(90.712)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	5.1 e 7b	4	6.921
Juros e variações monetárias		360.107	292.156
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	5.1	(65.278)	(53.203)
Amortização do custo de transação de empréstimos	12	7.240	4.802
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	3.2	(369.581)	(126.320)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.2	54.435	58.607
Reembolso subsídios tarifários		(355.315)	-
Ganho na alienação de intangível		(26.191)	-
		458.022	878.680
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		(117.312)	34.347
Tributos compensáveis		(78.368)	(47.254)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(2.511)	(14.434)
Depósitos vinculados a litígios		43.358	10.117
Contribuição de iluminação pública		10.066	(12.142)
Reembolso subsídios tarifários		328.909	-
Outros		110.124	(65.360)
		294.266	(94.726)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		80.860	(131.805)
Impostos, taxas e contribuições		(22.714)	(54.069)
Salários e encargos sociais		(15.175)	(3.297)
Contribuição de iluminação pública		(17.620)	5.469
Encargos regulatórios		19.345	11.471
Contribuições pagas de pós-emprego	15	(26.364)	(54.972)
Indenizações Compensatórias Pagas		(304.205)	-
Provisões pagas	18	(89.190)	(46.539)
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		25.515	25.870
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		42.766	183.434
Outros		398.638	84.122
		91.856	19.684
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
		844.144	803.638
Juros de debêntures pagos	12	(367.381)	(192.288)
Juros de arrendamento pagos	13b	(4.247)	(183)
Juros recebidos		34.067	27.509
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(74.043)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		506.583	564.633
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(744.974)	(2.357.831)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários		1.091.283	1.888.925
Adição em intangível	7	(26.564)	(31.040)
Adição em ativos de contrato	6	(1.275.514)	(994.495)
Aplicações em fundos vinculados		(545.359)	(561.058)
Resgates de fundos vinculados		210	-
Ganho na alienação de imobilizado		26.191	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.474.727)	(2.055.499)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de debêntures líquidas	12	-	2.454.632
Pagamento de arrendamento	13b	(12.349)	(14.292)
Pagamento de empréstimos e debêntures	12	-	(319.865)
Mútuo com partes relacionadas		500.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		487.651	2.120.475
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(480.493)	629.609
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	918.869	951.779
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	438.376	1.581.388

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9	438.376	918.869
Títulos e valores mobiliários	10	2.993	349.138
Consumidores e revendedores	11	3.981.630	3.990.660
Concessionários - transporte de energia	11	480.047	436.468
Tributos a recuperar		549.179	500.205
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.1a	202.146	227.694
Fundos Vinculados	-	762.418	204.418
Contribuição de iluminação pública		330.605	340.671
Reembolso subsídios tarifários	3.2b	630.311	603.905
Ativos setoriais da concessão	5.2	1.726.062	1.328.786
Outros ativos		656.972	706.533
TOTAL DO CIRCULANTE		9.760.739	9.607.347
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		13.880.043	13.025.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1b	673.012	693.230
Tributos a recuperar		916.056	886.637
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.1a	47.944	47.321
Depósitos vinculados a litígios	19	692.443	724.697
Concessionários - transporte de energia	11	37.718	37.467
Outros ativos		105.258	161.549
Ativos setoriais da concessão	5.2	650.880	633.083
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	5.1	4.018.154	3.826.328
Ativos de contrato	6	6.738.578	6.015.123
Intangíveis	7	15.601.784	15.387.703
Direito de uso	13a	221.927	234.765
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		29.703.754	28.647.903
ATIVO TOTAL		39.464.493	38.255.250

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Debêntures	12	2.409.806	2.395.885
Fornecedores	14	2.088.638	1.999.948
Impostos, taxas e contribuições	21	392.977	379.738
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.2a	6.781	-
Salários e encargos sociais		130.884	146.059
Encargos regulatórios		341.026	338.712
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		100.178	74.663
Obrigações pós-emprego	15	102.862	93.884
Indenização Compensatória		150.939	302.627
Contribuição de iluminação pública		525.086	542.706
Obrigações relacionadas à energia gerada por consumidores		1.868.040	1.825.274
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	3.5	1.312.400	1.074.587
Valores a restituir a consumidores	21	354.860	340.800
Valores a pagar a partes relacionadas		528.771	-
Arrendamentos - obrigações		63.876	63.963
Outros passivos		768.793	370.546
TOTAL DO CIRCULANTE		11.145.917	9.949.392
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	12.573.119	12.496.203
Provisões	17	1.328.643	1.348.991
Obrigações pós-emprego	15	936.060	942.505
Indenização Compensatória		452.035	604.552
Encargos regulatórios		158.463	141.432
Valores a restituir a consumidores		26.410	25.853
Arrendamentos - obrigações		193.485	205.747
Outros passivos		19.051	18.660
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.687.266	15.783.943
TOTAL DO PASSIVO		26.833.183	25.733.335
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	4a	6.964.105	6.964.105
Reservas de lucros		6.048.031	6.048.031
Ajustes de avaliação patrimonial		(490.220)	(490.221)
Lucros acumulados		109.394	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.631.310	12.521.915
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.464.493	38.255.250

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.964.105	685.307	173.388	4.347.892	(889.439)	-	11.281.253
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	311.158	311.158
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	27.997	-	27.997
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	27.997	311.158	339.155
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos obrigatórios (R\$0,0984 por ação)	-	-	-	-	-	(232.217)	(232.217)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	6.964.105	685.307	173.388	4.347.892	(861.442)	78.941	11.388.191
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	6.964.105	789.899	202.731	5.055.401	(490.221)	-	12.521.915
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	397.653	397.653
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	397.653	397.653
Juros sobre o capital próprio declarados e dividendos (R\$0,1222 por ação)	-	-	-	-	-	(288.259)	(288.259)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	6.964.105	789.899	202.731	5.055.401	(490.221)	109.394	12.631.309

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Geração do Valor Adicionado		
Receita com venda de energia e serviços	9.168.658	8.046.074
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.326.161	1.046.946
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	65.278	53.203
Outras receitas	26.191	-
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(82.512)	(50.251)
	10.503.776	9.095.972
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(3.270.937)	(2.944.325)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(961.338)	(923.183)
Serviços de terceiros	(1.025.016)	(892.481)
Materiais	(682.105)	(517.116)
Outros custos	(302.759)	(237.564)
	(6.242.155)	(5.514.669)
Valor adicionado bruto	4.261.621	3.581.303
Retenções		
Amortização	(274.697)	(247.491)
Valor adicionado líquido	3.986.924	3.333.812
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	222.622	174.049
Valor adicionado a distribuir	4.209.546	3.507.861
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	228.241	214.679
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	59.336	91.815
FGTS	14.055	13.368
Impostos, taxas e contribuições	2.986.937	2.487.699
Federais	1.763.503	1.325.467
Estaduais	1.219.997	1.159.408
Municipais	3.437	2.824
Remuneração de capitais de terceiros	523.324	389.142
Juros	520.324	389.662
Aluguéis	3.000	(520)
Remuneração de capital próprio	397.653	311.158
Juros sobre capital próprio	288.259	232.217
Lucros retidos	109.394	78.941
	4.209.546	3.507.861

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Cemig Distribuição

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), é uma sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.385 milhões (negativo de R\$342 milhões em 31 de dezembro de 2025).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos, serviço da dívida, e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) / IAS 34 – Demonstração Intermediária, que abrange as informações contábeis

intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS Accounting Standards, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2026, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2026.

Todas as informações contábeis relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 7 de maio de 2026.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

As alterações do CPC 48 / IFRS9, do CPC 40/ IFRS 7, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026, não produziram impactos significativos nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia.

3. RESULTADO E REMUNERAÇÃO AO AÇIONISTA

3.1. Informação por segmento

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3.2. Receita Operacional Líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	6.375.726	5.885.797
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.557.584	1.440.424
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	369.582	126.322
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (notas 6 e 7)	1.326.161	1.046.946
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (nota 5)	65.278	53.203
Compensação por violação de padrão indicador de continuidade	(48.016)	(46.812)
Outras receitas (b)	913.783	640.343
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(3.168.874)	(2.642.737)
	7.391.224	6.503.486

(1) Esse valor corresponde ao total de adições e amortizações da nota explicativa 5.2.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Residencial	4.127.482	3.837.945	3.810.862	3.422.560
Industrial	208.344	272.778	180.915	227.853
Comércio, serviços e outros	1.521.550	1.567.978	1.322.234	1.283.159
Rural	665.553	679.983	520.124	504.657
Poder público	246.981	258.475	230.805	226.713
Iluminação pública	233.039	233.904	142.727	128.335
Serviço público	159.178	195.708	122.887	150.285
Subtotal	7.162.127	7.046.771	6.330.554	5.943.562
Consumo próprio	7.862	7.925	-	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	-	9.244	210
Fornecimento não faturado líquido	-	-	35.928	(57.975)
Total	7.169.989	7.054.696	6.375.726	5.885.797

(1) Refere-se a Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.

b) Outras receitas

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Serviço taxado	4.610	3.637
Prestações de serviços	11.697	6.153
Subvenções - Baixa renda (1)	180.064	125.594
Subsídio SCEE (2)	119.731	(29.441)
Subsídio de bandeiras tarifárias (3)	35.245	21.875
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	423.782	372.366
Aluguel e arrendamento	136.888	139.749
Outras	1.767	410
	913.784	640.343

- (1) O aumento está associado ao Reajuste Tarifário Anual de 2025 e ao aumento na quantidade de unidades consumidoras, principalmente, em decorrência da medida provisória 1.300 de 2025 que foi convertida na Lei 15.235 de 8 de outubro de 2025, que passou a garantir 100% de isenção para o consumo até 80 KWh mensais.
- (2) O subsídio de SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) corresponde aos recursos destinados a custear os benefícios tarifários concedidos aos consumidores participantes do Sistema. Os valores homologados em 2025 referem-se a previsão calculada pela ANEEL para custear os descontos concedidos no período de maio de 2025 a abril de 2026. Adicionalmente, a Companhia registrou o complemento desta previsão referente ao primeiro trimestre de 2026, no valor de R\$60 milhões, a ser homologado no próximo reajuste tarifário. Já os valores homologados em 2024 contemplam tanto a previsão para os descontos concedidos entre maio de 2024 e abril de 2025, quanto o ajuste do ciclo tarifário anterior.
- (3) Esse subsídio é impactado pelo acionamento ou não de bandeiras amarela e vermelha que possuem custo adicional na tarifa de energia. Em 2025, tivemos acionamento de bandeira amarela em maio e dezembro, bandeira vermelha patamar 1 nos meses de junho, julho, outubro e novembro e vermelha patamar 2 em agosto e setembro. Já esse ano ainda não houve acionamento de bandeira.
- (4) O aumento do saldo decorre do reconhecimento, a partir do último reajuste tarifário, das diferenças entre valores previstos na Resolução e os descontos tarifários efetivamente concedidos, sujeitas à homologação pela ANEEL.

c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.217.920	1.158.244
PIS/Pasep	123.201	93.075
Cofins	567.472	428.711
ISSQN	535	342
	1.909.128	1.680.372
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	29.557	20.206
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.193.040	901.973
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.823	7.444
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	11.823	10.635
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.911	5.317
CDE sobre P&D	-	3.190
CDE sobre PEE	-	6.381
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	7.592	7.219
	1.259.746	962.365
	3.168.874	2.642.737

3.3. Custos e despesas

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	271.131	306.415
Contratos por cotas de garantia física	191.504	207.353
Cotas das usinas de Angra I e II	49.970	83.446
Energia de curto prazo - CCEE (1)	328.894	164.403
Contratos bilaterais	26.328	121.982
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.276.628	975.020
PROINFA	108.403	134.839
Geração distribuída	1.018.078	950.867
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(197.993)	(174.270)
	3.072.943	2.770.055
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	48.316	39.662
Encargos Transmissão - Rede Básica	671.737	671.641
Encargos de Conexão	73.705	46.828
Encargos Distribuição	2.166	2.559
Energia CCEE-ESS	3.975	11.742
Energia CCEE-EER	134.791	150.750
Energia CCEE-ERCAP	26.648	-
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(88.924)	(85.394)
	872.414	837.788
Total	3.945.357	3.607.843

- (1) Aumento nos custos com energia de curto prazo da Cemig D, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$160,10/MWh no primeiro trimestre 2025 para R\$310,54/MWh no mesmo período em 2026,

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Pessoal	44.856	31.348
Materiais	658.572	484.925
Serviços de terceiros	511.038	456.714
Encargos financeiros	24.083	21.411
Aquisição de servidão	47.842	44.331
Outros	39.770	8.217
	1.326.161	1.046.946

Em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), houve aumento no número de obras realizadas pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição, o que, conseqüentemente, elevou o total de custos de construção, em relação ao exercício comparativo.

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Pessoal	189.350	163.971	-	-	51.767	69.499	-	-	241.117	233.470
Participação de empregados e administradores no resultado	20.873	22.228	-	-	4.641	3.677	-	-	25.514	25.905
Obrigações pós-emprego (1)	152	(13.818)	-	-	47	(4.853)	28.698	83.937	28.897	65.266
Materiais	21.550	22.282	-	-	1.982	9.910	-	-	23.532	32.192
Serviços de terceiros (C.1)	456.997	385.592	-	-	54.356	47.826	-	-	511.353	433.418
Amortização (Nota 7b)	255.682	230.812	-	-	6.391	5.758	-	-	262.073	236.570
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 13)	12.624	10.921	-	-	-	-	-	-	12.624	10.921
Provisões para contingências	68.842	104.735	-	-	-	-	-	-	68.842	104.735
Perdas de créditos esperadas	-	-	82.512	50.251	-	-	-	7.528	82.512	57.779
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	34.534	-	34.534	-
Outras despesas (C.2)	5.707	3.592	-	-	11.207	13.004	102.286	59.984	119.200	76.580
	1.031.777	930.315	82.512	50.251	130.391	144.821	165.518	151.449	1.410.198	1.276.836

- (1) As reversões observadas em custos de operação e despesas gerais e administrativas estão atreladas à remensuração do passivo de pós-emprego devido à migração de funcionários ativos para o novo plano de saúde ofertado pela Companhia.

C.1) Serviços de terceiros

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Leitura de medidores e entrega de contas	42.019	39.844
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	207.427	158.864
Comunicação	47.021	41.699
Conservação e limpeza de prédios	16.399	13.114
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	38.046	31.528
Corte e religação	15.925	14.612
Podas de árvores	31.216	22.454
Serviços advocatícios e custas processuais	8.031	6.153
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.046	-
Serviços de tecnologia da informação	61.415	53.216
Mão de obra contratada	10.238	9.127
Hospedagem e alimentação	3.694	4.433
Vigilância	3.977	3.499
Reprografia e publicações legais	3.718	4.270
Inspeção de unidades consumidoras	8.398	9.596
Outros	12.784	21.009
	511.354	433.418

C.2) Outros custos e despesas

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Arrendamentos e aluguéis	2.450	(914)
Propaganda e publicidade	2.247	1.759
Consumo próprio de energia elétrica	7.728	7.485
Subvenções e doações	2.324	2.838
Anuidade CCEE	837	1.088
Seguros	1.527	1.095
Forluz - custeio administrativo	7.846	7.332
Resultado na desativação e alienação de bens	66.001	32.340
Agentes arrecadadores	15.362	14.241
Impostos e taxas	4.979	4.018
Outras despesas	7.898	5.299
	119.199	76.581

d) Outras receitas

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Ganho na alienação de intangíveis	26.191	-
Total	26.191	-

3.4. Resultado Financeiro

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	37.320	37.824
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(9.988)	(7.894)
Acréscimos moratórios de contas de energia	79.112	71.727
Variações cambiais de Itaipu	7.830	6.209
Variações monetárias	16.556	5.304
Variação monetária depósitos judiciais	11.104	15.056
Variação monetária - CVA (Nota 5.2)	45.490	17.773
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	584	1.012
Atualização crédito IRPJ sobre PAT	236	719
Outras	24.386	18.425
	212.630	166.155
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de debêntures (Nota 12)	(345.974)	(202.290)
Amortização do custo de transação (Nota 12)	(7.240)	(4.802)
Variação monetária de debêntures (Nota 12)	(80.921)	(118.604)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	(557)	(13.030)
Variação monetária de P&D e PEE	(11.010)	(8.854)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 13)	(4.029)	(4.079)
Outras variações monetárias	(3.088)	(3.963)
Encargos Dívida com Pessoas Ligadas	(28.771)	-
Outras	(14.651)	(12.629)
	(496.241)	(368.251)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(283.611)	(202.096)

3.5. Remuneração do acionista

No período de janeiro a março de 2026 foram declarados, pela Diretoria Executiva, JCPs a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2026, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Cemig D, conforme segue:

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
19/03/2026	288.259	(50.445)

(1) Retenção de 17,5% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

a) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	397.653	311.158
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,17	0,13

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$6.964.105, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros e setoriais da concessão		
Circulante		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (5.2)	1.726.063	1.328.786
	1.726.063	1.328.786
Não Circulante		
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (5.1)	4.018.154	3.826.328
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (5.2)	650.879	633.083
	4.669.033	4.459.411
	6.395.096	5.788.197
Ativo circulante	1.726.062	1.328.786
Ativo não circulante	4.669.034	4.459.411

5.1. Ativos financeiro relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.826.328
Transferências de ativos de contrato (Nota 6)	126.548
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	65.278
Saldo em 31 de março de 2026	4.018.154

5.2. Ativos e passivos setoriais - Conta de Compensação de Variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados são demonstrados a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 31/03/2026	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	927.335	601.860	(417.841)	71.158	75.500	1.258.012	76.842	1.181.170	1.023.692	234.320
Aquisição de energia (CVA energia)	677.102	402.821	(321.440)	48.674	102.331	909.488	62.762	846.726	716.658	192.830
Custo da energia de Itaipu	(198.774)	-	-	-	(55.965)	(254.739)	(27.765)	(226.974)	(192.042)	(62.697)
Proinfa	5.164	-	(7.062)	245	(27.093)	(28.746)	7.352	(36.098)	(23.031)	(5.715)
Transporte rede básica	260.870	67.202	(65.623)	(6.385)	1.857	257.921	45.717	212.204	219.358	38.563
Transporte de energia Itaipu	15.214	13.143	(900)	724	3.306	31.487	(2.786)	34.273	24.831	6.656
ESS	(46.596)	10.814	(22.684)	1.183	11.900	(45.383)	22.560	(67.943)	(43.727)	(1.656)
CDE	214.355	107.880	(132)	26.717	39.164	387.984	(30.998)	418.982	321.645	66.339
Demais ativos financeiros setoriais	1.034.534	292.358	(133.391)	33.013	(107.585)	1.118.930	(24.367)	1.143.297	702.370	416.560
Quota parte de energia nuclear	104.279	2.711	(26.851)	3.232	-	83.371	30.034	53.337	72.201	11.170
Neutralidade da parcela A	242.444	195.091	(59.691)	16.481	(134.451)	259.874	39.437	220.437	224.972	34.902
Neutralidade Estimada sobre créditos GD	908.808	22.506	-	-	-	931.314	-	931.314	931.314	-
Sobrecontratação de energia	153.094	72.050	(41.424)	1.615	-	185.335	27.617	157.718	86.479	98.856
Devoluções tarifárias	(117.556)	-	-	-	(788)	(118.344)	(9.998)	(108.346)	(109.439)	(8.905)
Outros	(256.535)	-	(5.425)	11.685	27.654	(222.620)	(111.457)	(111.163)	(503.157)	280.537
Total ativos financeiros setoriais	1.961.869	894.218	(551.232)	104.171	(32.085)	2.376.942	52.475	2.324.467	1.726.062	650.880
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(211.893)	326.153	(38.760)	(75.500)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(125.333)	254.390	(26.726)	(102.331)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(75.203)	25.291	(6.053)	55.965	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(26.435)	194	(852)	27.093	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	3.493	(187)	(3.306)	-	-	-	-	-
ESS	-	15.078	-	(3.178)	(11.900)	-	-	-	-	-
CDE	-	-	40.928	(1.764)	(39.164)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(290.807)	203.143	(19.921)	107.585	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(128.879)	536	(6.108)	134.451	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(29.419)	29.997	(1.366)	788	-	-	-	-	-
Outros	-	(132.509)	172.610	(12.447)	(27.654)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(502.700)	529.296	(58.681)	32.085	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	1.961.869	391.518	(21.936)	45.490	-	2.376.942	52.475	2.324.467	1.726.062	650.880

6. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.015.123
Adições	1.299.597
Transferências para o ativo financeiro (Nota 5.1)	(126.548)
Transferências para o ativo intangível (Nota 7)	(449.594)
Saldo em 31 de março de 2026	6.738.578

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2026, no montante de R\$1.299.597, está contemplado o montante de R\$ 24.083 (R\$21.270 no mesmo período de 2025) a título de capitalização dos encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 12c. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 10,32% (13,43% no primeiro trimestre de 2025). A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A natureza das adições em ativo de contrato é apresentada na nota nº 3.3b.

7. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	31/03/2026			31/12/2025		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	33.553.317	(14.093.420)	19.459.897	32.992.756	(13.764.675)	19.228.081
(-) Obrigações especiais	(6.858.863)	2.571.574	(4.287.289)	(6.756.682)	2.504.706	(4.251.976)
Ativos da concessão líquidos	26.694.454	(11.521.846)	15.172.608	26.236.074	(11.259.969)	14.976.105
Intangível em curso	429.177	-	429.176	411.598	-	411.598
Total do intangível	27.123.631	(11.521.846)	15.601.784	26.647.672	(11.259.969)	15.387.703

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.387.703
Adições	26.564
Baixas	(4)
Transferência de ativo financeiro (nota 6)	449.594
Amortização	(262.073)
Saldo em 31 de março de 2026	15.601.784

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Cemig Geração e Transmissão	127	390	8.738	8.294	583	390	(15.851)
Norte Energia	-	-	64.255	33.784	-	-	(109.180)	(72.864)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	1.252	1.990	35.235	17.618	39.073	6.570	(70.471)	(33.661)
Sete Lagoas	-	-	656	492	-	-	(1.967)	(685)
Taesá	-	-	114	114	-	-	(228)	(322)
Cemig SIM	-	-	-	-	536	828	-	-
Cemig Geração Sul	0	-	-	-	2.204	1.349	-	-
Cemig Geração Leste	400	200	-	-	1.124	793	-	-
Cemig Geração Oeste	170	-	-	-	1.023	976	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	695	453	-	-
Cemig Geração Poço Fundo	-	-	-	-	883	-	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	30.242	30.518	-	-	(121.442)	(98.337)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(1.638)	(1.190)
Taesá	-	-	7.857	7.279	-	-	(32.176)	(31.346)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Consumidores e revendedores							
Governo do Estado de Minas Gerais	9.047	10.739	-	-	55.896	55.564	-	-

O saldo de consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Convênio de compartilhamento							
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	5.244	33.848	-	-	(5.244)	(8.897)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	3.480	-	-	(3.005)	(2.889)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Mútuo

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Mútuo							
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	528.771	-	-	-	(28.771)	(1.414)

O mútuo com a Companhia Energética de Minas Gerais envolveu contrato firmado, em 10 de março de 2026, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a sua controladora no montante de R\$500.000. O contrato de mútuo em questão tem data fim 28 de julho de 2026 acrescidos de juros no montante de R\$ 28.771, correspondentes à taxa de juros no período de aproximadamente 5,75%.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Processos judiciais							
Companhia Energética de Minas Gerais	4.900	5.930	-	-	-	-	-	-

Juros sobre capital próprio

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Juros sobre capital próprio e dividendos							
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.312.400	1.074.587	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no total de R\$ 288.259 no exercício de 2026. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 3.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	FIC Pampulha							
Circulante								
Caixa e equivalentes	757	221	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.922	2.368	-	-	132	4.789	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
	Arrendamentos							
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	13.676	13.676	-	-	(4.183)	(4.008)
Não circulante								
Arrendamento operacional	132.041	135.383	146.666	147.689	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	102.862	93.884	-	-	(28.897)	(30.637)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(14.103)	(13.377)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(7.846)	(7.332)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	936.060	942.505	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	-	-	-	-	(56.228)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	-	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2031;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado nos exercícios de 2026 e 2025 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Remuneração	2.908	2.891
Participação nos resultados (reversão)	1.285	941
Previdência privada	227	191
Planos de saúde e odontológico	21	5
Seguro de vida	3	1
Total (1)	4.444	4.029

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxa média a.a. (%)		31/03/2026	31/12/2025
		31/03/2026	31/12/2025		
Contas bancárias				46.410	203.328
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	80,0 a 111,0	80,0 a 111,0	391.209	715.320
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	14,36 a 14,90	14,60 a 14,90	757	221
				391.966	715.541
				438.376	918.869

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e Equivalentes e Caixa da Companhia no primeiro trimestre de 2026 foram i) os investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de R\$1.778.934, ii) pagamento de juros de debêntures de R\$367.381.

Estão divulgados na nota explicativa nº 16 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. (%)		31/03/2026	31/12/2025
		31/03/2026	31/12/2025		
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	103,0 a 103,0	101,85 a 103,0%	897	346.457
Letras Financeiras (LF) - Bancos	CDI	-	103,5 a 110,02	-	2.067
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	T. Selic	14,78 a 14,87	15,11 a 15,12	1.898	272
Debêntures	TR + CDI	TR + 1 a 106,8	TR + 1 a 109,88	24	29
Outros				174	313
				2.993	349.138
Ativo circulante				2.993	349.138

A variação de Títulos e Valores Mobiliários está atrelado à gestão de caixa da Companhia, em conformidade com a Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxos de caixa da empresa.

A classificação do Valor Justo destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 16. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

11. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
Residencial	970.100	454.427	546.425	247.208	601.050	2.819.210	2.798.709
Industrial	30.709	40.801	28.092	33.517	172.075	305.194	294.641
Comércio, serviços e outras	302.571	197.900	124.950	88.331	303.706	1.017.458	1.003.362
Rural	108.117	73.645	66.996	52.180	71.025	371.963	421.518
Poder público	75.567	48.415	9.571	2.779	11.445	147.777	151.587
Iluminação pública	54.176	1.187	677	249	1.240	57.529	58.637
Serviço público	29.232	18.856	2.153	700	31.006	81.947	73.379
Subtotal - consumidores	1.570.472	835.231	778.864	424.964	1.191.547	4.801.078	4.801.833
Concessionários - transporte de energia	71.336	382.372	50.056	20.684	60.852	585.300	536.164
Suprimento - energia de curto prazo	3.498	-	-	-	2.134	5.632	2.134
Provisão para perdas de créditos esperadas	(111.341)	(13.644)	(55.013)	(45.649)	(666.968)	(892.615)	(875.536)
	1.533.965	1.203.959	773.907	399.999	587.565	4.499.395	4.464.595
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.981.630	3.990.660
Concessionários - transporte de energia						480.047	436.468
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						-	-
Concessionários - transporte de energia						37.718	37.467

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Residencial	414.455	417.617
Industrial	105.621	101.245
Comércio, serviços e outras	240.045	230.024
Rural	39.334	37.928
Poder público	17.521	18.441
Iluminação pública	1.516	1.517
Serviço público	6.590	6.535
Concessionários - transporte de energia	67.533	62.229
	892.615	875.536

A movimentação da PCE no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	875.536
Constituições, líquidas (Nota 3.3c)	82.512
Baixas	(65.433)
Saldo em 31 de março de 2026	892.615

12. DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	31/03/2026		31/12/2025	
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	1.087.915	-	1.087.915	1.067.120
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	22.202	500.000	522.202	503.335
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,1052%	R\$	9.930	584.744	594.674	580.800
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	1.059.094	-	1.059.094	1.019.131
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (1)	2029	CDI + 0,80%	R\$	6.790	400.000	406.790	423.017
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (1)	2034	IPCA + 6,1469%	R\$	12.021	1.745.007	1.757.028	1.768.109
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série (1)	2031	CDI + 0,55%	R\$	6.252	1.000.000	1.006.252	1.043.906
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série (1)	2036	IPCA + 6,5769%	R\$	4.476	1.607.476	1.611.952	1.622.148
Debêntures - 12ª emissão - 1ª série (1)	2032	CDI + 0,86%	R\$	10.476	1.640.000	1.650.476	1.713.575
Debêntures - 12ª emissão - 2ª série (1)	2040	IPCA + 7,5467%	R\$	2.839	892.515	895.354	903.363
Debêntures - 13ª emissão - 1ª série (1)	2030	CDI+0,64%	R\$	77.555	1.143.000	1.220.555	1.178.461
Debêntures - 13ª emissão - 2ª série (1)	2032	CDI+0,80%	R\$	51.602	752.000	803.602	775.590
Debêntures - 14ª emissão - 1ª série (1)	2037	IPCA+6,7878%	R\$	48.741	2.030.964	2.079.705	2.027.403
Debêntures - 14ª emissão - 2ª série (1)	2040	IPCA+6,6504%	R\$	11.944	507.741	519.685	506.775
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				(963)	(10.599)	(11.562)	(12.607)
(-) Custos de transação				(1.068)	(219.729)	(220.797)	(228.038)
Total				2.409.806	12.573.119	14.982.925	14.892.088

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Desconto na 12ª, 13ª e 14ª emissão de debêntures;

As debêntures são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

a) Garantias

Em 31 de março de 2026, o saldo devedor das debêntures é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	1.086.662
Fiança	13.896.263
Total	14.982.925

b) Composição e movimentação

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 6,8 anos. A composição das debêntures por indexador, é como segue:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	1.177.866	-	292.372	292.372	-	6.783.703	8.546.313
CDI (2)	1.233.971	500.000	200.000	771.500	1.071.500	2.892.000	6.668.971
Total por Indexadores	2.411.837	500.000	492.372	1.063.872	1.071.500	9.675.703	15.215.284
(-) Custos de transação	(1.068)	(262)	(6.027)	(7.566)	(3.588)	(202.286)	(220.797)
(-) Desconto	(963)	-	-	(88)	(88)	(10.423)	(11.562)
Total geral	2.409.806	499.738	486.345	1.056.218	1.067.824	9.462.994	14.982.925

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Varição acumulada de janeiro a março de 2026 (%)	Varição acumulada de janeiro a março de 2025 (%)
IPCA	1,92	2,04
CDI	3,36	2,94

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.892.088
Varição monetária	80.921
Encargos financeiros provisionados	370.057
Amortização do custo de transação	7.240
Encargos financeiros pagos	(367.381)
Saldo em 31 de março de 2026	14.982.925

c) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos da capitação das debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Encargos de empréstimos e debêntures	370.057	223.701
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato (1) (Nota 6)	(24.083)	(21.411)
Efeito líquido no resultado	345.974	202.290

(1) A taxa média de capitalização foi de 10,32% no primeiro trimestre de 2026 (13,43% no mesmo período em 2025).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

d) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$100 milhões (“*cross default*”).

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª e 8ª emissão de debêntures	Dívida Líquida / Lajida ajustado (2)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 em diante	Semestral
9ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
12ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
13ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral

- (1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados durante esse exercício, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer exercício anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui o saldo de R\$798.531 referente a fundos vinculados (R\$239.558 em 31 de dezembro de 2025). Esse crescimento está atrelado, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Cemig D deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000.

13. ARRENDAMENTOS

a) Movimentação do direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	157.550	77.215	234.765
Amortização (1)	(3.292)	(9.546)	(12.838)
Saldo em 31 de março de 2026	154.258	67.669	221.927

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$214 no período de janeiro a março de 2026 (R\$175 no mesmo período de 2025); a taxa anual média ponderada de amortização é 8,50% para Imóveis e 56,45% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2025	269.710
Juros incorridos (1)	4.247
Arrendamentos pagos	(12.349)
Juros sobre arrendamentos pagos	(4.247)
Saldo em 31 de março de 2026	257.361
Passivo circulante	63.876
Passivo não circulante	193.485

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$218 no primeiro trimestre de 2026 (R\$205 no mesmo período de 2025).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

	Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento		385.173	257.361
PIS/Pasep e Cofins potencial		27.308	16.115

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2026	49.609
2027	56.098
2028	26.709
2029	24.166
2030	15.934
2031 a 2050	212.657
Valores não descontados	385.173
Juros embutidos	(127.811)
Passivo de arrendamentos	257.361

14. FORNECEDORES

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Energia de curto prazo - CCEE (1)	226.722	193.175
Encargos de uso da rede elétrica	259.549	244.480
Energia elétrica comprada para revenda	817.722	760.856
Itaipu binacional	179.904	185.659
Materiais e serviços (2)	604.741	615.778
	2.088.638	1.999.948

- (1) A variação está associada, à elevação do PLD do submercado Sudeste/Centroeste, que não foi compensado pelo PLD dos submercados Nordeste e Norte e pelo cenário hidrológico desfavorável observado no exercício de 2026 que refletiu em um baixo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e, conseqüentemente, em acréscimo nos valores de repasse de Risco Hidrológico.
- (2) Inclui o saldo de R\$23.941 relacionado a operações de risco sacado, em 31 de março de 2026.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 16.

15. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Movimentação da provisão do plano previdenciário

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.036.389	1.036.389
Despesa reconhecida no resultado	28.897	28.897
Contribuições pagas	(26.364)	(26.364)
Passivo líquido em 31 de março de 2026	1.038.922	1.038.922
	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante	102.862	93.884
Passivo não circulante	936.060	942.505

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		174	174	1.203	1.203
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 11)		4.499.395	4.499.395	4.464.595	4.464.595
Fundos vinculados		759.900	759.900	201.983	201.983
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		2.376.942	2.376.942	1.328.786	1.328.786
Reembolso de subsídios tarifários		630.311	630.311	603.905	603.905
		8.266.722	8.266.722	6.600.472	6.600.472
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	391.966	391.966	715.541	715.541
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	897	897	346.457	346.457
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	1.898	1.898	272	272
Letras financeiras - bancos	2	-	-	1.177	1.177
Debêntures	2	24	24	29	29
		2.819	2.819	347.935	347.935
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	4.018.154	4.018.154	3.826.328	3.826.328
		4.412.939	4.412.939	4.889.804	4.889.804
		12.679.661	12.679.661	11.490.276	11.490.276
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (2)		(14.982.925)	(14.733.885)	(14.892.088)	(14.683.560)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Fortuz)		(944.549)	(913.401)	(960.733)	(308.016)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		-	-	-	-
Fornecedores		(2.088.638)	(2.088.638)	(1.999.948)	(1.999.948)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(257.361)	(257.361)	(269.710)	(269.710)
		(18.273.473)	(17.993.285)	(18.122.479)	(17.261.234)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação apresentados na nota explicativa nº 12.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses

preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

As informações sobre a metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2026		31/12/2025	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 14)	(34.464)	(179.904)	(33.756)	(185.659)
Passivo líquido exposto		(179.904)		(185.659)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 31 de março de 2027 será uma valorização de 4,98% (R\$5,48).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	31/03/2026	31/03/2027	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,48	Cenário adverso Dólar R\$6,31
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 14)	(179.904)	(188.865)	(217.470)
Passivo líquido exposto	(179.904)	(188.865)	(217.470)
Efeito líquido da variação cambial		(8.961)	(37.566)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2026	31/12/2025
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 9)	391.966	715.541
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	2.993	349.138
Fundos Vinculados	759.900	201.983
CVA e outros componentes financeiros (Nota 5.2)	2.376.942	1.328.786
	3.531.801	2.595.448
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 12)	(6.668.971)	(6.657.015)
	(6.668.971)	(6.657.015)
Passivo líquido exposto	(3.137.170)	(4.061.567)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,50%, em 31 de março de 2027.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2027	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,5%	Cenário adverso Selic 16%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 9)	391.966	440.962	454.681
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	2.993	3.367	3.472
Fundos Vinculados	759.900	854.888	881.484
CVA e outros componentes financeiros (Nota 5.2)	2.376.942	2.674.059	2.757.253
	3.531.801	3.973.276	4.096.890
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 12)	(6.668.971)	(7.502.592)	(7.736.006)
	(6.668.971)	(7.502.592)	(7.736.006)
Passivo líquido exposto	(3.137.170)	(3.529.316)	(3.639.116)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(392.145)	(501.946)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do índice IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2026	31/12/2025
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 5.1)	4.018.154	3.826.328
	4.018.154	3.826.328
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 12)	(8.546.313)	(8.475.718)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(944.549)	(960.733)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(257.361)	(269.710)
	(9.748.223)	(9.706.161)
Passivo líquido exposto	(5.730.069)	(5.879.833)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,07% em 31 de março de 2027, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Elevação da inflação	31/03/2026	31/03/2027	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,07%	Cenário adverso IPCA 6,16%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 5.1)	4.018.154	4.181.693	4.265.672
	4.018.154	4.181.693	4.265.672
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 12)	(8.546.313)	(8.894.148)	(9.072.766)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(944.549)	(982.992)	(1.002.733)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(257.361)	(267.836)	(273.214)
	(9.748.223)	(10.144.976)	(10.348.713)
Passivo líquido exposto	(5.730.069)	(5.963.283)	(6.083.041)
Efeito líquido da variação do IPCA		(233.214)	(352.972)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão e debêntures, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Debêntures	-	208.768	2.088.786	155.588	-	1.016.176	4.015.064	4.694.271	11.799.203	3.457.982	27.435.838
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	7.009	4.401	18.961	12.709	174.691	46.389	334.682	154.362	633.084	113.098	1.499.386
	7.009	213.169	2.107.747	168.297	174.691	1.062.565	4.349.746	4.848.633	12.432.287	3.571.080	28.935.224
Pré-fixadas											
Fornecedores	2.083.269	-	5.369	-	-	-	-	-	-	-	2.088.638
	2.090.278	213.169	2.113.116	168.297	174.691	1.062.565	4.349.746	4.848.633	12.432.287	3.571.080	31.023.862

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 13.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 12 destas informações contábeis intermediárias.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

17. PROVISÕES

	Cíveis						Total
	Trabalhistas	Relações de consumo	Outras	Tributárias	Regulatórias	Outras	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	385.853	123.092	49.242	726.752	23.738	40.314	1.348.991
Adições	20.290	24.023	3.576	41.335	19.504	9.899	118.627
Reversões	(14.739)	-	(1.023)	(29.433)	-	(4.590)	(49.785)
Liquidações	(20.291)	(16.873)	(3.576)	(39.055)	(559)	(8.836)	(89.190)
Saldo em 31 de março de 2026	371.113	130.242	48.219	699.599	42.683	36.787	1.328.643

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	1.109.135	1.094.698
Cíveis		
Relações de consumo	1.251.283	1.121.764
Outras ações cíveis	630.003	588.735
	1.881.286	1.710.499
Tributárias	2.051.584	1.978.558
Regulatórias	798.512	1.057.951
Outras	1.006.535	969.380
Total	6.847.052	6.811.086

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão divulgados na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados.

18. TRIBUTOS E ENCARGOS

18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

	31/03/2026	31/12/2025
A Recuperar		
Circulante		
Imposto de renda	180.818	193.550
Contribuição social	21.328	34.144
	202.146	227.694
Não circulante		
Imposto de renda	10.274	10.231
Contribuição social	37.670	37.090
	47.944	47.321
A Recolher		
Circulante		
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	6.781	-
	6.781	-
Total líquido	256.871	275.015
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	250.090	275.015
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	6.781	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2025	DRE	Saldo em 31/03/2026
Ativos fiscais diferidos			
Prejuízo fiscal / base negativa	9.954	(17.202)	(7.248)
Obrigações pós-emprego	651.823	862	652.685
Perdas de créditos esperadas	375.190	16.754	391.944
Provisão para redução a valor recuperável	28.490	-	28.490
Provisões	191.454	(6.133)	185.321
Taxa de administração	3.375	(94)	3.281
Participação de colaboradores e administradores no resultado	25.386	8.675	34.061
Direito de uso	93.246	(4.198)	89.048
Outros	3.424	(20)	3.404
	1.382.342	(1.356)	1.380.986
Passivos fiscais diferidos			
Amortização acelerada	(81)	2	(79)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(311.471)	(19.972)	(331.443)
Encargos financeiros capitalizados	(218.613)	(5.720)	(224.333)
Custo de captação	(77.533)	2.461	(75.072)
Passivo de arrendamento	(81.414)	4.367	(77.047)
	(689.112)	(18.862)	(707.974)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	693.230	(20.218)	673.012

Diferenças temporárias não reconhecidas

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, por ser provável de geração de lucros futuros suficientes, não há tributos diferidos ativos não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Mar/2026	Jan a Mar/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	452.088	369.765
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(153.710)	(125.720)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	98.007	78.954
Incentivos fiscais	5.915	10.241
Contribuições e doações indedutíveis	(790)	(965)
Multas indedutíveis	(3.906)	(22.662)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	279	417
Outros	(230)	1.128
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(54.435)	(58.607)
Alíquota efetiva	12,04%	15,85%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.217)	(56.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.218)	(2.303)

1) Corresponde atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2026	31/12/2025
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	81.027	102.174
Cofins	129.191	124.966
PIS/Pasep	27.918	26.987
INSS	46.395	42.102
ISSQN	29.358	19.974
Outros (1)	79.088	63.535
	392.977	379.738
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
ICMS	354.860	340.800
	354.860	340.800
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	26.410	25.853
	381.270	366.653
	774.247	746.391

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 3.5.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	366.653
ICMS a restituir - Decretos 49.090/2025 e 49.155/2025	14.060
Atualização financeira- Selic	557
Saldo em 31 de março de 2026	381.270

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Loan 4131 e hedge de fluxo de caixa

Em 1º de abril de 2026, a Cemig D contratou um empréstimo externo de US\$ 280.000 mil, por meio da Lei 4.131/62, com vencimento em 01 de julho de 2027. A taxa contratada foi a SOFR acrescida de spread de 0,6777% ao ano. Como a moeda funcional da Companhia é diferente da moeda do empréstimo, foi contratado um full cross-currency swap, em linha com sua política de hedge, com o objetivo de mitigar a exposição à variação cambial. A este derivativo está sendo dado o tratamento de hedge accounting, com valor nominal de US\$ 280.000 mil, equivalente a R\$ 1.461.432.

Liquidação das Debêntures da 15ª Emissão da Cemig D

Em 10 de abril de 2026, a Cemig D, concluiu a liquidação financeira da 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático junto a Comissão de Valores Mobiliários, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig.

Foram emitidas 1.150.000 Debêntures, perfazendo o valor total de R\$ 1.150.000, subscritas conforme abaixo:

Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortizações
1.150.000	R\$1.150.000	IPCA + 6,9416% a.a.	15 anos	Semestrais a partir de março de 2029

Os recursos obtidos pela Cemig D com a Emissão serão destinados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação de projeto considerado prioritário, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Marcos Montes Cordeiro
Vice- Presidente de Relações Institucionais

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Sérgio Pessoa de Paula Castro
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente sem denominação

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis



intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 05 de maio de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2026. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2026. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marcos Montes Cordeiro – Vice-presidente de Relações Institucionais

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente sem denominação

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 05 de maio de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2026. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a março de 2026. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marcos Montes Cordeiro – Vice-presidente de Relações Institucionais

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo – sem denominação

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação